

ENSINO SUPERIOR E TRABALHO: A "UNIDIMENSIONALIDADE" DO DISCURSO

Por Roberto Rondon[1]

RESUMO: Esse estudo procura compreender a principal tendência desse novo momento do ensino superior brasileiro, através dos discursos que o fundamentaram e que apontavam o “trabalho” como único direcionamento possível para nossa formação superior. O que se divulga é a ideia de que os alunos – futuros profissionais – para sobreviverem num mundo cujas principais características são a luta, a disputa e a competição, devem ser submetidos e se submeter, a esses programas de treinamento e adaptação, chamados de cursos superiores. Com isso, todas as outras dimensões possíveis do processo de formação humana ficam danificadas gerando sujeitos deformados pela lógica do mercado.

Palavras chave: Educação brasileira; ensino superior; trabalho.

ABSTRACT: This study seeks to understand the main trend of this new moment of Brazilian higher education, through the speeches that gave rise to it and pointing the "work" as the only direction possible for our higher education. What is disclosed is the idea that students - future professionals - to survive in a world whose main features are the fight, the competition and the competition must be submitted and to submit to such training and adaptation programs, called courses higher. With this, all other possible dimensions of the human development process are damaged generating subjects deformed by the logic of the market.

Keywords: Brazilian education; higher education; job.

A LDB de 1996 anuncia, já em seu 2º. parágrafo, que “a educação escolar **deverá** vincular-se ao **mundo do trabalho** e a prática social”.

Cidadania e mundo do trabalho são os dois senhores aos quais a educação deve servir. Na lei, como em grande parte da educação brasileira, ela só ganha seu sentido externamente, como “educação para algo”, ou seja, uma atividade que não tem seu sentido em si mesma, mas unicamente como instrumento para criar indivíduos que obedeçam às regras heterônomas da sociedade e do mercado.

Por todos os cantos e lugares, se ouve esse palavrorio sobre educação para o trabalho, ensino profissionalizante, escolas técnicas, ensino centrado na prática, etc. São os políticos da direita à esquerda, os dirigentes patronais, as lideranças sindicais,

todas se esforçando para preparar os jovens, requalificar os mais velhos e desempregados e reciclar os que estão empregados.

Nesse aspecto sempre nos espanta a queixa de educadores de que os alunos não têm interesse pela escola, pelos conteúdos, pelas normas. Ora, se todo esse universo passa a ser construído como uma preparação para o trabalho, qual o sentido de dedicar-se a ela numa sociedade que afirma que não há mais trabalho para todos, ou o que é pior, há, para alguns, a eterna exploração cotidiana, em atividades sem sentido. A questão, a nosso ver, está invertida. A pergunta não é porque tanta gente se desinteressou pela escola, mas o pôr que tanta gente ainda continua nela?

No início desse novo momento que apregoa em que nunca antes na história desse país tantas pessoas tiveram acesso ao ensino superior, cabe verificar alguns discursos uníssonos que vem fundamentando esse processo.

Para tanto observaremos algumas manifestações desse ideário em diversos setores de nossa sociedade que, apesar de seus lugares distintos compartilham do mesmo ponto de vista sobre o ensino superior.

Podemos mencionar aqui as campanhas publicitárias das instituições de ensino superior; nos documentos de diversos setores sociais; no discurso dos políticos e projetos de governo; no imaginário popular, que o vinculam quase unidimensionalmente aos projetos de inserção e adaptação aos programas e ditames do mercado de trabalho.

Vejamos algumas promessas nos anúncios de algumas instituições privadas:

Faculdades A: "Para construir uma carreira de sucesso você precisa seguir uma rotina: mude, mude, mude, mude. Faça vestibular no A."

Faculdades B: "Para ser um dos melhores profissionais do mercado, você precisa começar fazendo a melhor escolha. O B tem tudo aquilo que realmente é importante para a sua decisão: tradição, qualidade e seriedade no ensino, cursos em diversas áreas e preço justo. São cursos de graduação, pós graduação, cursos livres e uma novidade:

três cursos de curta duração, para você se formar em dois anos e conquistas seu diploma de graduação de forma rápida e econômica."

Faculdade C: "A Faculdade C, aliando ensino qualificado, infra-estrutura moderna e recursos laboratoriais avançados, forma profissionais preparados para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Não perca tempo! É a sua chance de se tornar um profissional de sucesso e de comprovar que a Faculdade C está pronta para você. ”.

Faculdade D: "Para quem sabe o que quer, e quer mais da vida, a melhor escolha é a Faculdade D. Tradicionalmente avançada, com infra-estrutura moderna e eficiente oferece mais para quem quer vencer na vida profissional [...] a Faculdade D transforma suas ambições em sucesso profissional!"

Faculdade E: "Da Faculdade à pós-graduação, você precisa tomar as decisões certas para sua carreira. Cursos superiores de 2 a 4 anos totalmente focados na sua área."

Nas Universidades confessionais, esse discurso é ampliado com a atenção para uma formação profissional aliada ao desenvolvimento de valores de cidadania. Vejamos:

Universidade F: "Uma universidade é reconhecida por sua capacidade de gerar conhecimentos e novos conceitos, preparando profissionais qualificados e competentes para o mercado de trabalho. A Universidade A [...] é o maior exemplo disso, já que vem preparando ao longo de seus 18 anos mais do que bons profissionais, cidadãos comprometidos com os principais valores da sociedade brasileira."

Universidade G: "Aqui você reflete sobre o seu papel social e aprende que estar preparado para o mercado de trabalho é saber relacionar atuação profissional com cidadania."

Universidade H: "Você nos escolhe e as oportunidades escolhem você."

Paremos por aqui, pois os exemplos se repetem de maneira entediante. Nos limites propostos, não nos cabe avaliar as diferenças qualitativas da estrutura dessas

instituições, o que nos chama a atenção é que, independente dessas diferenças, todas concentram suas estratégias em cima do chamariz: “Nós treinamos e colocamos você no trabalho! ”

Outra característica comum dessas campanhas é que todas trabalham com uma dupla imagem: a de jovens adolescentes com vestes mais despojadas sorrindo ao ingressarem e, em seguida, com um ar de seriedade, engravatados e em atividades de trabalho. Todas preocupadas em parecer moderninhas, com suas campanhas cheias de um visual contemporâneo. Ou seja, por mais alegres que estejamos, quando ingressamos no trabalho temos que nos tornar, sérios “bem” vestidos e comportados, isto é, adequados ao status quo. Parcelas importantes dessas instituições, principalmente os alunos que frequentam os cursos noturnos, são pessoas mais velhas, geralmente trabalhadores, desejando melhorar de e no emprego, ou ainda, arrumar o próprio emprego. Essa população, que começou a retornar em massa ao ensino superior na década de 90, pressionados pelas novas exigências do capital, não aparece na foto. A educação, para muitos deles, também não tem seu sentido em si própria, mas apenas vem buscar nela um treinamento e uma certificação que lhes garanta os objetivos acima expostos. Claro que, dialeticamente, para outra parcela, a “faculdade” acaba significando um redescobrir a vida não só profissionalmente, mas principalmente no campo subjetivo. No convívio com alguns professores mais “críticos”; com os colegas nas festas e bares em torno das instituições, homens e mulheres experimentam novos saberes e novas experiências pessoais que geram em muitas um “desviar” dos objetivos primeiros que os levaram aos bancos escolares. Muitos mudam de curso, abandonam a faculdade, “caem na farra”, arrumam novos e novas amantes, enfim, tudo aquilo que o ensino e o trabalho não gostariam que acontecesse, pois as desviam da preparação para o mercado e para os bons modos dos cidadãos.

Um destaque importante poderia ser dado também às tradicionais instituições cristãs, elas parecem esquecer suas tradições, inclusive de seu fundador, aquele que mandava observar os lírios do campo, inserindo-se na lógica do trabalho capitalista. Para estas, além de preparar os novos trabalhadores com competência profissional, é preciso que eles saiam também bons cidadãos com “valores”.

Mas, que “valores” são esses?

Os mais citados foram dois: Ética e Profissionalismo.

Do profissionalismo como valor não acrescentaremos nada aqui, pois é o eixo central de nossa discussão, mas e a Ética? Por que ela ganha tanto peso em nosso tempo?

Concordamos com Grisotto (2002, p. 109) quando afirma que:

Nos moldes contemporâneos, ou mesmo no projeto maior da modernidade, encaminhar-se para a escola significa mais que compartilhar o mundo através do saber, pois implica em compreender este mundo de uma determinada forma, o que conduz as ações dos educandos a um entendimento específico de um papel a ser cumprido, segundo uma maneira de pensar já dada.

Não seria de se admirar, que a ética, neste interior, nos trouxesse apenas o legado dos princípios e preceitos morais, que permitiriam às pessoas atitudes melhores e necessárias para a manutenção da ordem existente.

E acrescenta mais adiante (2002, p.114):

Assim, pudemos perceber que as soluções, quando necessárias, não partem da convicção dos indivíduos, ou mesmo dos grupos autóctones em que estes se encontram, mas do arsenal autorizado das fundações que se proliferam para indicar o melhor procedimento a ser tomado para o “bem” social, para geração de riquezas, para o progresso, para o desenvolvimento.

Portanto, apregoar a “Ética” aliada ao “Profissionalismo”, significa nesses novos discursos tentar difundir, numa velocidade assustadora, a possibilidade de criação de novas formas de vida e sociabilidade até nos mais profundos rincões desse país. A propagação da ideologia do empreendedorismo e do desenvolvimento, gerados pelo trabalho e pela técnica a serviço do mercado – chamado de setor produtivo - vem acompanhada da exigência de que nos adaptemos a qualquer custo, através de “novas atitudes” e do desenvolvimento de nossas “habilidades”, quase que atualizando nossos antepassados das cavernas que tiveram de se adaptar as intempéries naturais para sobreviver no mundo.

A lógica do trabalho se expande até a própria constituição do homem, tornando-nos seres de/formados. Nem aquele indivíduo burguês, protótipo das filosofias dos séculos XVII e XVIII e que na luta pela autonomia ainda mantinha-se separado da esfera do trabalho, consegue sobreviver a tal processo, pois é engolfado pelos processos capitalistas de produtividade e competição heterônomos.

Empreendedorismo, competição, produtividade, competência, habilidade e empregabilidade são as metáforas que se elevam a categorias ontológicas desse novo humano do século XXI.

Esses discursos entram em contradição com as antigas concepções antropológicas que deixavam evidente que o trabalho não possibilitava o desenvolvimento do ser humano, por isso o cidadão não desenvolvia as atividades técnicas e rotineiras da manutenção da vida, atividades destinadas aos escravos e servos.

Portanto a aparição do indivíduo autônomo e criativo não pode ser considerada como uma paulatina transformação do trabalho alienado existente em trabalho não alienado. Dito de outro modo, o indivíduo não poderá viver como operário, técnico, engenheiro ou cientista que expresse sua criatividade produzindo ou guardando o aparato de produção existente... A autonomia pressupõe, pelo contrário uma transformação nas relações dos produtores e dos consumidores com o próprio aparato. (MARCUSE, 1970, p. 150).

Concluindo, uma Ética que pressuponha a liberação do trabalho.

Mas, continuemos na roda de nosso cotidiano...

O que pode parecer uma simples estratégia publicitária na verdade revela o “novo” modo de pensar o ensino superior por parte dos dirigentes das instituições superiores e seus intelectuais e que cotidianamente são reforçadas por esse novo ideário.

As reivindicações do “setor produtivo” reforçam o pedido por mais qualificação e reformas urgentes no ensino superior. Muito dessa situação vêm de encontro a um quadro descrito por Braverman (1987, p. 372):

As escolas tornaram-se imensas organizações de adolescentes sentados, tendo suas funções cada vez menos a ver com o ensino aos jovens daquelas coisas que a sociedade pensa devam ser aprendidas. Nesta situação, o conteúdo da educação deteriorou-se à medida que sua duração se estendia. O conhecimento ensinado no curso de uma instrução elementar expandiu-se mais ou menos para atender ao sistema vigente de doze anos, e na grande maioria dos casos os sistemas escolares têm dificuldade em instilar nos doze anos as qualificações básicas de alfabetização e cálculos que ocupavam oito anos, há algumas gerações passadas. Isso por sua vez deu ímpeto maior aos empregadores no sentido de candidatos a emprego com diploma superior, como garantia – nem sempre válida – de conseguir trabalhadores que saibam ler.

Retornando ao nosso problema, no momento em que se iniciou a implantação de mais uma “revolução” do ensino superior brasileiro, muitas vozes levantaram-se apresentando proposições sobre o papel da universidade na sociedade contemporânea.

Num número especial dos “Cadernos da Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino Superior”, datado de novembro de 1998, e que tem como título “Ocupação, emprego e programação escolar”, encontramos uma privilegiada expressão das idéias das lideranças do setor.

O autor inicia seu estudo elogiando a LDB/96 por ter concedido a liberdade de organização da educação aos próprios educadores que, leia-se aqui, são as IES privadas. “A partir dessa publicação, somos legalmente autônomos; foi-nos concedida à desejada parcela de poder, que devemos exercer e ocupar com máxima urgência.” (idem, p. 4)

Livres das amarras do Estado caracterizado como centralizador, cada escola pode definir “o tipo de profissional que se propõe graduar”. (ibide, p. 5)

Ora, afirmar a possibilidade da comunidade escolar se autogestionar seria um grande passo no caminho da conquista da liberdade. Mas não é disso que se trata.

A identificação do aluno como “profissional”, sob o pressuposto de que “o jovem se matricula em qualquer curso superior está à procura de habilitações para o trabalho e deseja concorrer a um emprego”, já revela a face oculta dessa afirmação.

Toda essa “autonomia” e “liberdade” na verdade escondem a obediência cega à ditadura do mercado, e com esse objetivo a atingir, o autor indica quais os passos fundamentais a serem pensados na organização do ensino universitário.

O primeiro é “conhecer os requisitos do mercado de trabalho a fim de escolher o tipo de profissional para cuja capacitação oferecer aí seus serviços pedagógicos”. Portanto, “toda escola superior deverá conhecer o conteúdo dos empregos oferecidos a seus graduandos, antes de programar os cursos”. Afinal, “o curso superior é predominantemente, propedêutico; tem como importante finalidade preparar a vida de trabalho.” (ibidem, p.7)

Propõe-se uma reestruturação curricular buscando atender “*as exigências dos empregadores*” e que deve ter como base uma série de qualidades a serem construídas.

O autor afirma ainda que o ensino

Deve assentar-se na doutrina segundo a qual a pessoa, suas potências, habilitações, aspirações, conhecimentos e personalidade é o fator primordial da produção[...] Em síntese preliminar, o empregado que as empresas procuram deve ter e usar seu potencial de crescimento, ser pessoa adaptável, treinável e mutável, consumir os produtos da ciência e da técnica e reagir positivamente aos desafios e problemas novos.(ibidem, p. 9)

Essa declaração revela uma face da sociedade onde, segundo Marcuse (1968, p. 96):

O valor social do indivíduo é medido primordialmente em termos de aptidões e qualidades de adaptação padronizadas, em lugar do julgamento autônomo e da responsabilidade pessoal.

Estando bem adequadas às propostas “éticas” anunciadas anteriormente. Outro exemplo nos vem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que em documento contendo suas propostas para a “reforma universitária” reivindica

O fortalecimento da educação profissional e tecnológica; a adequação da educação superior às necessidades da sociedade e do sistema produtivo e a promoção da cultura empreendedora na educação”. (CNI, 2004, p.10)

Para justificar suas posições, o documento apresenta uma pesquisa onde para 90% dos entrevistados “a universidade deve formar profissionais para atuarem na indústria. Para 80%, os estabelecimentos de ensino precisam ser parceiros das empresas, e 59% acreditam que a pesquisa científica deve privilegiar a aplicação do setor industrial.” (idem, p. 13)

O documento conclui, após esses dados que “na avaliação popular, universidade e indústria são duas instâncias complementares”, devendo estar unidas em seus objetivos.

Para a CNI (2004, p. 15), a Universidade é:

Uma instituição educacional de alto valor simbólico e efeitos concretos, dedicada à formação profissional de nível superior, em estreita articulação com a pesquisa básica e aplicada, em consonância com os valores, a ética e os princípios da ciência e do conhecimento, e comprometida com a organização política, os padrões culturais e o processo de desenvolvimento socioeconômico do país, atuando na promoção da igualdade de oportunidades e da inclusão social.

Note-se que apesar da “estreita articulação” com os inúmeros setores (o mercado, o país, os valores – de novo! – etc...) A função que primeiro aparece é “a formação profissional de nível superior”. Isso fica mais claro, quando o documento aconselha uma expansão no número de vagas, mas em cursos “voltados às profissões emergentes”, com “a diversificação do sistema de educação superior” e o estímulo à criação e à valorização de estabelecimentos não-universitários que ofereçam educação de qualidade para atender demandas específicas de formação: tecnológica, profissionais liberais, magistério e profissões emergentes. ” (idem, p.19). Claro que os profissionais de magistério que devem ser preparados são os dos “novos” cursos, para os quais ainda não há profissionais qualificados. Tudo isso centrado num ensino mais flexível e centralizado na pedagogia das competências, estimulando a cultura do empreendedorismo em todos seus ambientes.

Mas a maior surpresa ainda está por vir. Concluindo que nosso ideal universitário que une pesquisa/ensino/ extensão não conseguiu implementar-se no país, afirma então que, “parece mais realista considerar que o ideal humlbodtiano como paradigma de universidade é de difícil realização. ” (ibidem, p.26). Mas, ao invés de empenhar esforços para atingi-lo, a confederação aconselha a pensarmos em formas mais dinâmicas de Universidade e enumera várias experiências internacionais de “sucesso”, como por exemplo, a “University for Industryllimited”, que tem como foco o aprendizado profissionalizante usando a Internet para desenvolver as capacitações necessárias ao trabalho das pessoas e empresas. ” (ibidem, 23); as “três universidades de tecnologia francesas” que apresentam grandes vantagens em relação “às clássicas universidades francesas”, mas destaca que, numa velada cobrança ao setor público brasileiro,

Só foi possível a criação, na França, desse novo modelo de instituição universitária devido a uma forte e clara vontade política a nível ministerial existente no início dos anos setenta, pois as resistências de diversos segmentos da sociedade e principalmente das instituições superiores previamente existentes foram intensas.

O documento não diz quais e de quem foram essas resistências, porém, através de nossas pesquisas verificamos que a sua criação se deu logo após as manifestações estudantis do final da década de 60, no intuito de fragmentar o poder dos estudantes e acadêmicos críticos ao sistema, dentro de um modelo de ensino superior centralizado no treinamento e fornecimento de mão-de-obra e serviços ao mercado.

O texto conclui retomando as críticas ao atual modelo educacional e afirmando em tom panfletário:

A Reforma da Educação Superior só se concretizará com a transformação do sistema educacional em sua integridade e a Indústria deseja atuar como protagonista. Nos países desenvolvidos há uma correlação biunívoca: estabilidade democrática e maturidade do sistema educacional. A democracia no Brasil, para se consolidar, exige uma verdadeira revolução educacional. (ibidem, p. 45)

É impossível não observar nessas duas manifestações a eterna repetição do ideário do empresariado nacional por uma Universidade diretamente vinculada ao trabalho, que atravessa toda a história nacional desde o final do século XIX. A nosso ver, um dos problemas dessas críticas é que elas partem sempre de uma fundamentação falaciosa: a existência de uma Universidade tradicional, “humboldtiana”, no país. Ora, mesmo se tivéssemos construído as “catedrais do saber” ao modelo europeu, ainda assim, em pouco mais de 70 anos da fundação da primeira Universidade brasileira, não daria tempo para tanta pretensão. Parece-nos é que há uma clara tentativa de destruição de qualquer tentativa de educação centrada em uma formação humana mais ampla, por mais raras que sejam em nosso meio, e uma total submissão da formação ao princípio da necessidade em nome da eterna promessa do desenvolvimento, do progresso e da democratização.

Mas, se voltarmos os olhos para a situação interna do ensino superior, encontraremos uma série de programas como os estágios do “CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola”, as empresas juniores e as parcerias escola-empresa que visam preparar os “jovens talentos” para a mão-de-obra comercial e industrial.

No Jornal da UNICAMP de 02 de setembro de 2006 lemos a notícia da criação do Núcleo de Empresas Juniores que reunia as 18 empresas da Universidade numa organização comum. O reitor afirmava que, “desde 1993, as empresas juniores tentam a oficialização. A Unicamp foi pioneira nisso sendo, portanto, um marco de inovação e um diferencial para o avanço da Universidade e da sociedade.”

Já para o diretor-associado da Faculdade de Engenharia Química, “as empresas juniores se destacam essencialmente por dois motivos: na melhoria da formação dos alunos e na transferência do conhecimento para o setor produtivo. Com a entidade formalizada, ela redundará também no aumento da credibilidade.”

No governo Lula, com a expansão do ensino superior no país, vimos aumentar o acesso populacional a esse nível, porém, no que diz respeito à nossa questão, mantendo-se o mesmo ideário.

Na conferência, “A reforma da educação superior no Brasil” (2005), o então ministro da educação, Tarso Genro, apontava alguns pontos que gostaríamos de destacar aqui.

Iniciando sua comunicação, com críticas ao modelo econômico neoliberal, afirmava que:

A universidade é, tanto um fator de criação de condições objetivas, culturais, científicas e sócio-políticas para afirmação da democracia e dos direitos humanos, como também pode ser um fator de reprodução indefinida das mesmas ou de piores condições de opressão social, na qual vive a maioria da humanidade (GENRO, 2005, p. 6)

Partindo de um pressuposto profundamente contrário ao modelo de Universidade simplesmente voltada à formação profissional, já que isso faria dela uma simples reprodutora dos excludentes processos do capital, ele considera que os projetos de pesquisa e ensino devem estar subordinados ao sujeito. Poderíamos pensar que chegamos então a um governo que levou a proposta de autonomia e formação ao seu limite, mas não é bem assim, afinal não se trata de qualquer sujeito, mas aquele “que pensa anteriormente o projeto de nação e constrói instrumentos para isso.” (GENRO, 2005, p. 7). Mais ainda, esse sujeito já está condicionado por um desafio externo que direciona sua reflexão. Dizia o ministro:

Hoje a universidade brasileira está desafiada a exercer um papel de vanguarda na construção de um país que almeja ocupar o lugar valorizado na divisão internacional do trabalho, na chamada era da informação. (GENRO, 2005, p. 8)

Repete-se, por outras vias, a idéia da universidade aliada a um projeto de inclusão do país à ordem mundial e da “divisão do trabalho”. Claro, reforçará a cada momento o texto, dentro de um modelo crítico ao projeto neoliberal, mas que condiciona novamente o ensino superior a um telos externo, instrumentalizando o saber, colocando a serviço “de um novo modelo de desenvolvimento”. (GENRO, 2005, p. 12)

A produção de conhecimentos para a implementação de novas tecnologias sociais, para a criação de novas tecnologias, para a pesquisa biogenética, para o desenvolvimento da bioética, para a geopolítica e defesa é o que pode nos colocar, com soberania e autonomia, no contexto desta simultaneidade. Esta simultaneidade é um outro nome do novo espaço mundial no qual o sentido nacional se realiza e comunga. (GENRO, 2005, p. 15)

A partir daí o documento insiste na função pública da universidade, que é “formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto de país” (GENRO, 2005, p. 16) Mas aí não caímos numa tautologia? Se o objetivo da educação superior é formar cidadãos que se constituem como tal enquanto “profissionais competentes”, dentro de um projeto de país que se fundamenta na idéia do desenvolvimento, mais "moderninho" claro, que nada mais é do que mais indústria, mais comércio, mais trabalho. Em última instância caímos no mesmo projeto “A educação superior a serviço de...”

Na prática o que assistimos é a expansão dos cursos das universidades já existentes, com a abertura de novas faculdades e a inauguração de “universidades” à nossa eterna moda, ou seja, abrem-se ou federalizam-se três ou quatro faculdades juntas, de preferência voltadas para o ensino profissionalizante, agora chamado de “demandas locais”, e dá-se o nome de “Universidade”.

Mas, vejamos um exemplo:

No seu discurso de boas vindas aos servidores e docentes da Universidade Federal do ABC, em 01 de agosto de 2006, a representante do MEC reforçava os ideais do ministro Genro e as concepções expostas acima sobre o papel da nova educação superior e da nova instituição:

Não se trata apenas de oferecer mais vagas e oportunidades de formação superior à população de uma região que há muito ansiava por uma universidade federal, mas de criar as condições para que a engenhosidade inegável de uma população laboriosa, como a do ABC, seja também aplicada na produção de conhecimento e no desenvolvimento de novas tecnologias. No mundo contemporâneo - que muitos chamam de Sociedade do Conhecimento, em contraste com a sociedade industrial que lhe precedeu - é a associação do trabalho com o conhecimento tecnológico que se constitui na chave para um desenvolvimento econômico sustentado,

para a promoção do bem-estar coletivo e para o pleno desenvolvimento individual. Portanto, senhores servidores da UFABC, o papel que lhes cabe na construção desta nova universidade é da maior relevância.

O chamamento de “população laboriosa” como um elogio; a naturalização unidimensional dos modelos sociais, como a “Sociedade do Conhecimento”; os valores trabalho-conhecimento como “promotores” do desenvolvimento e do bem-estar, trazem, novamente, à tona os discursos repetitivos que nos acompanham desde o século retrasado. Como diria Cazusa, “é um museu de grandes novidades”, que agora parecem contar com a adesão de todos, ou quase todos.

O ensino superior, ao optar pela lógica da produtividade, cai no grande golpe do sistema vigente que é naturalizar continuamente a ordem da necessidade e da repressão como constitutivas da realidade. No caso brasileiro, essa lógica se reveste de uma perversidade ainda mais cruel, pois nossa existência é marcada pela miséria e esta se justifica – segundo os donos do poder – como uma etapa necessária se quisermos algum dia o “espetáculo do crescimento”. “Crescimento” aqui significa pleno emprego, além de consumo para todos, isto é, a possibilidade global de sermos explorados como trabalhadores e consumidores, sem questionar o modelo de desenvolvimento imposto. Eis a promessa da liberdade. Eis a grande armadilha dos propagandistas do capital que apontam como única saída para a miséria por eles criada o seu próprio veneno, a lógica da necessidade, ou seja, mais trabalho e mais consumo.

Como afirma De Grazia (1966, p. 315):

Os publicitários e especialistas em marketing estão mais que encantados de que a assistência à universidade aumente, É o tipo de público que querem, público com desejos de posição e de ter coisas. Compram tão velozmente como os demais e inclusive mais depressa.

Inúmeros seriam os exemplos a serem listados, mas o importante é notar que o discurso se absolutiza e como num passe de mágica o velho transforma-se em novo, numa inversão que convence a quase todos de que os que defendem um modelo

diferente são elitistas e reacionários, quando na realidade o que se passa é justamente o contrário.

Rossi (1980, 28-29) demonstra que uma das faces mais importantes das propostas pedagógicas conservadoras é a de submeter à educação à lógica do trabalho na sociedade capitalista, levando os trabalhadores a acreditarem que as escolas que os habilitaria para as atividades produtivas seriam sua “via de acesso às classes dominantes.” O que é mais grave é que:

Essa crença pressupõe que ele tenha aceitado os valores veiculados e disseminados na sociedade capitalista, através de todos os meios disponíveis... O trabalhador que é levado a querer ‘subir’, já aceitou implicitamente a ‘competitividade’ essencial do sistema[...]Submete-se à hegemonia da classe capitalista cujos pontos de vista endossa, muitas vezes tentando identificar-se com aqueles que o convencem da própria incapacidade, inferioridade e ignomínia.

O que se massifica aqui é a ideia de que os alunos – profissionais – para sobreviverem num mundo cujas principais características são a luta, a disputa e a competição devem ser submetidos, e se submeter, a esses programas de treinamento e adaptação, chamados de cursos superiores por essas instituições, gerando aquilo que Prandi (1982) chamava de “favoritos degradados”, isto é, uma parcela dos jovens que conseguem chegar ao ensino superior numa sociedade excludente como a brasileira, portanto favoritos, mas degradados, pois ensino superior, não significa necessariamente acesso à elite.

Acreditamos que não se trata mais apenas de uma educação cindida entre um saber fazer para as classes populares e um saber científico ou cultural para as elites, ainda que as desigualdades educacionais continuem profundas. A questão hoje é de outra ordem, pois se as FATEC, IFET e UNIPRIVADAS, destinadas às classes populares, formam para o saber fazer, com o governo garantindo o acesso de um número cada vez maior de pessoas via aumento de vagas e programas como “Universidade para todos”, o PROUNI, o REUNI, os novos campi das Universidades Federais no interior do país, é fato também que as “antigas” universidades destinadas à elite, sucumbem também. Nos novos tempos a separação é anulada, pois a própria

esfera do espírito, que ainda mantinha a possibilidade de uma negação frente ao status quo, é tomada pelo mercado. A disputa está situada em saber qual prepara melhor, não o ser humano, mas o trabalhador, o gestor, o empreendedor.

Os “valores dos gestores” têm se transformado no padrão da educação superior brasileira nos últimos anos, impossibilitando a construção dos discursos “não conformistas”.

Mas, não será essa opção o caminho do suicídio?

Como afirmava o professor Mauricio Tragtenberg (1996, p.38):

Nesse esquema neoliberal, a universidade desaparece. Você fica um mero servo das necessidades do mercado, da empresa privada. Mas as necessidades mudam. Eu quero ver como o currículo universitário vai mudar com a rapidez das necessidades do mercado.

E reforça essa afirmação, num outro momento, com maior contundência:

Outra coisa é o problema do mercado para a universidade. Há os cretinos que dizem que ela tem de se adequar ao mercado. Mas o mercado muda. Você não pode estruturar um currículo dentro da mudança do mercado. (idem, 157-158)

A nosso ver, ao fazer do trabalho o princípio da sociedade administrada e suas IES, os discursos e as práticas hoje estabelecidas são retrógrados, pois além de arrastar toda a produção do conhecimento para a esfera da instrumentalidade do mercado, bloqueando a possibilidade da formação integral dos seres humanos, pressupostos da autonomia e da liberdade, renovam o eterno perfil do ensino superior brasileiro que é a formação de mão de obra e a concepção de universidade como a junção ou criação de faculdades isoladas.

Ainda que por diversas vezes em nossa história, diversos grupos tenham tentado implantar um modelo de universidade centrado no trabalho, nunca esse

projeto havia se tornado hegemônico como hoje, onde todo o sentido da educação passa a ser encarada como unidimensionalmente voltada para isso.

A universidade, que poderia ser um espaço privilegiado de formação e crítica, de desenvolvimento pleno, torna-se - ao contrário – espaço de reprodução de seres humanos mutilados e de/formados presos à lógica da necessidade, abortando a possibilidade da constituição da utopia e da liberdade.

Referências Bibliográficas:

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Contribuição da indústria para a reforma da educação superior**. Rio de Janeiro: CNI, 2004.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Tradução de Consuelo Vazquez de Paga. Madrid: Ed. Tecnos, 1966.

GENRO, Tarso. **A reforma da educação no Brasil**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma/Documentos/DOCUMENTOS/2005.4.26.15.11.23.pdf>. Acesso em março de 2010.

GRISOTTO, Américo. **Parâmetros curriculares nacionais: uma abordagem epistemológica das questões éticas**. Dissertação (mestrado em educação) -Campinas-SP: UNICAMP, 2002.

JERUSALINSKY, Alfredo (org.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

MARCUSE, Herbert. El arte em la sociedad unidimensional. In: **La sociedade opresora**. Caracas: Tiempo Nuevo, 1970a. [trad. Ítalo Manzi]

_____ El individuo em la “Gran Sociedad”. In: **La sociedade opresora**. Tradução de Ítalo Manzi. Caracas: TiempoNuevo, 1970b.

_____. Arte e revolução. In: **Contra-revolução e revolta**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PRANDI, Reginaldo. **Os favoritos degradados: ensino superior e profissões no Brasil hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

THOMPSON, Edward P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Tradução de Eva Rodriguez. Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

VELHO, Silvia. **Relações universidade-empresa: desvendando mitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

TRAGTENBERG, Maurício et al. **Conciliação, neoliberalismo e educação**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996

VANEIGEN, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. Tradução de Leo Vinicius. São Paulo: Conrad, 2002.

Notas:

[1] Doutor em Educação e Professor Adjunto 2 da Universidade Federal de Paraíba.